

**PROCESSO Nº 9.291/2011 (um volume)**

**APENSO Nº 010.001.494/2006 (um volume)**

**INFORMAÇÃO Nº 12/2014**

**ORIGEM: Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal - SEOPS.**

**INTERESSADO: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF**

**ASSUNTO: Tomada de contas especial**

**VALOR DO PREJUÍZO: R\$ 17.210,35<sup>1</sup> (prejuízo identificado)**

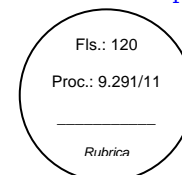
**EMENTA: Tomada de contas especial instaurada para apurar a existência de irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militares do CBMDF, em atendimento à Decisão nº 3.186/2001. Constatação de ato doloso do beneficiário. Citação da curadora do beneficiário, à época da concessão da indenização de transporte, e do ex-Diretor de Inativos e Pensionistas. Procedência da defesa do gestor. Revelia da curadora. Julgamento irregular das contas da curadora e notificação para recolhimento do débito. Deliberação sobre inabilitação da responsável.**

Senhora Diretora,

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada pelo Governador do Distrito Federal e conduzida pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial – SUTCE da então Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, em atendimento ao item II, alínea “a”, da Decisão nº 3.186/2001<sup>2</sup>, para apurar a existência de irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte em razão da passagem à inatividade do militar Nilson Oliveira Nunes.

<sup>1</sup> Valor original em 13/12/1999, fl. 81 do Processo nº 010.001.494/2006, apenso.

<sup>2</sup> “O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento do resultado de auditoria e da documentação de fls. 3/122; II - representar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal quanto à necessidade de implementação das seguintes providências: a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares daquela Corporação, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000; (...)”

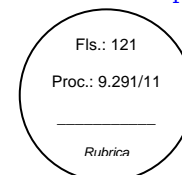


2. O Tribunal, na Sessão Ordinária nº 4.480, de 15/12/2011, proferiu a Decisão nº 6.944/2011, fls. 39/40, nos seguintes termos:

*“(…) II - com base no art. 13, II, da L.C. nº 1/94, ordenar a citação da Sra. EDVANDA BARBOSA NUNES, curadora do militar NILSON OLIVEIRA NUNES, bem como do Senhor MARCO ANTÔNIO CHAGAS, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto ao percebimento e concessão indevida de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem do militar para a inatividade, que enseja o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, III, "b" e "d", c/c o art. 20 da L.C. nº 1/94, ou recolham, desde logo, em solidariedade, aos cofres distritais o valor do débito atualizado no total de R\$ 90.205,40 (valores de 2011), acrescido do valor da multa a lhes ser aplicada, prevista no art. 56 da L.C. nº 1/94, e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, conforme prevê o art. 60 da LC nº 1/94; III - determinar à Corregedoria Geral do DF, em complemento ao item II-"a" da Decisão nº 3186/01, a instauração de tomada de contas especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/07/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período não abarcado no citado "decisum"; V - autorizar: a) o encaminhamento de cópia dos autos ao CBMDF, determinando a instauração de procedimento disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo, em razão das irregularidades cometidas pelo militar Marco Antônio Chagas; b) o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a atuação de sua alçada diante das graves irregularidades constatadas; c) o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.”*

3. Em atendimento ao item II da decisão retro, o militar Marco Antônio Chagas, chamado por meio da Citação nº 043/2012-SECONT/GAB, fl. 56, apresentou, tempestivamente, defesa às fls. 57/71 e anexos de fls. 72/94.

4. Em que pese ter sido regularmente convocada por meio da Citação 1.002/2012-SECON/GAB, fl. 96, bem como haver solicitado cópias de parte do processo, fl. 103, e prorrogação de prazo para apresentação de defesa, fls. 104 e 109, a Sra. Edvanda Barbosa Nunes, curadora do militar Nilson Oliveira Nunes, deixou transcorrer o prazo a ela concedido por meio do Despacho Singular nº 383/2013-CRR, fl. 111, sem apresentar defesa ou recolher o valor do débito



apurado nos autos. Nesse sentido, entendemos que a Corte deve, nos termos da art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/1994, considerá-la revel para todos os efeitos.

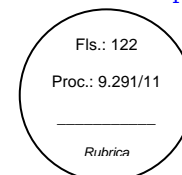
5. Para dar cumprimento aos itens III e V, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 6.944/2011 foram expedidos os Ofícios nºs 9.413, 9.414 e 9.415/2011-GP ao Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, à Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e ao CBMDF, fls. 41/43, respectivamente.

6. No que tange ao item III da mencionada decisão, cumpre informar que a matéria está sendo acompanhada no Processo nº 6.867/2012, que trata de tomada de contas especial instaurada por força do item IV da Decisão nº 5.945/2011-TCDF<sup>3</sup>.

7. Entendemos que a Corte possa dar como cumprida a determinação contida na alínea “a” do item V da mencionada decisão, pois, por meio do Ofício nº 434/2012 – COGED/CTROL, acostado à fl. 97, o CBMDF informou a instauração da Sindicância nº 140/2012 – COGED/CTROL/CBMDF, fls. 98/102, para apurar as irregularidades na concessão indevida de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem à inatividade do militar daquela Corporação objeto dos presentes autos, entre outros.

8. Com relação à alínea “b” do referido item V, cabe registrar o entendimento acerca da prescrição penal proferido pela 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília, nos autos do Requerimento nº 08190.063178/13-81, conforme o Ofício nº 23/2013-7ª PJCr/MPDFT, cópia às fls. 115/117.

<sup>3</sup> IV. determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal - STC/DF, em complemento ao item “II-a” da Decisão nº 3.186/01, a instauração de tomada de contas especial, nos termos da Resolução TCDF nº 102, de 15.07.98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF, no período não abarcado pelo item “II-a” da Decisão nº 3.186/01 (que contemplou os exercícios de 1996 a 2000), com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos nos anos de 1995 (após 07.06.95, em razão do Decreto Distrital nº 16.529/95), 2001 e 2002 (até 04.07.02, por conta do advento da Lei Federal nº 10.486/02);

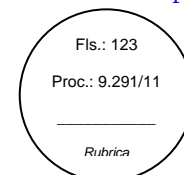


## I – DA DEFESA DO EX-DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS

9. Exporemos, em apertada síntese, as alegações de defesa apresentadas pelo militar Marco Antônio Chagas às fls. 57/71 e anexos de fls. 72/94:

- a) alega que as normas vigentes à época, mesmo que integralmente cumpridas pelo gestor, não permitiam a detecção do ato fraudulento por parte do beneficiário devido a sua fragilidade. Acrescenta que a CTCE reconheceu a intenção de fraudar do beneficiário, imputando exclusivamente a ele a responsabilidade pelo ressarcimento do valor recebido;
- b) afirma que não incorreu em conduta omissiva e que a solicitação de comprovação de residência independia da vontade do Diretor de Inativos e Pensionistas, por ausência de competência para tal. Discorre acerca das atribuições e responsabilidades do referido cargo, bem como da profusão da legislação vigente à época da concessão do benefício;
- c) aduz haver proposto, por diversas vezes, alterações na Portaria nº 023/1995-CBMDF;
- d) evoca os princípios da hierarquia e disciplina para justificar a impossibilidade de ir além das atribuições de seu cargo, sob pena de incorrer em transgressão disciplinar com reflexos em sua vida funcional;
- e) ao final, requer sejam dadas como procedentes as razões apresentadas, demandando a não aplicação de multa ou outras sanções ao defendente e a retirada da recomendação ao CBMDF de abertura de procedimento disciplinar contra ele.

10. Em face dos pedidos supra, e tendo em vista o recente entendimento firmado pela Corte na Sessão Ordinária nº 4.649, de 14/11/2013, por meio das Decisões nºs 5.666, 5.667 e 5.668/2013, de que a responsabilidade pelo prejuízo ao erário deve ser imputada somente ao militar beneficiário, somos por que o Tribunal considere procedentes as alegações de defesa apresentadas pelo militar Marco Antônio Chagas.



## II – DAS CONCLUSÕES

11. Tendo em vista que a Sra. Edvanda Barbosa Nunes, curadora do militar Nilson Oliveira Nunes, convocada por meio da Citação 1.002/2012-SECON/GAB, fl. 96, deixou transcorrer o prazo a que se refere o item II da Decisão nº 6.944/2011, acrescido dos períodos a ela concedidos por meio dos Despachos Singulares nºs 198/2013 e 383/2013-CRR, fls. 106/107 e 111/112, sem apresentar defesa ou recolher o valor do débito apurado nos autos, entendemos que a Corte deve, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/1994, considerá-la revel para todos os efeitos. Nesse sentido, proporemos ao egrégio Plenário que, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da referida LC, julgue irregulares as contas da aludida senhora e proceda sua notificação para o recolhimento do débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 119.095,37, atualizado até janeiro/2014, fl. 118, e, ainda, dada a gravidade das irregularidades ocorridas, inabilitá-la para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 do mesmo diploma legal.

12. Considerando o recente entendimento manifestado pela Corte na Sessão Ordinária nº 4649, de 14/11/2013, por meio das Decisões nºs 5.666, 5.667 e 5.668/2013, entendemos que o TCDF deve, desde já, considerar procedentes as alegações de defesa apresentadas pelo militar Marco Antônio Chagas, ex-Diretor de Inativos e Pensionistas do CBMDF, às fls. 57/71 e anexos de fls. 72/94.

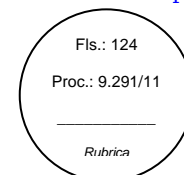
## III – DAS PROPOSIÇÕES

Isso posto, sugerimos ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento dos documentos às fls. 56, 96, 97/102, 115/118 e da defesa às fls. 57/71 e anexos de fls. 72/94;
- II. considerar procedentes as alegações de defesa do militar nominado no parágrafo 12 desta Instrução;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
SECRETARIA DE CONTAS - 1ª DIVISÃO DE CONTAS



- III. no que diz respeito à senhora nominada no parágrafo 11 da Instrução:
- a) com esteio no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/1994, considerá-la revel para todos os efeitos, por não ter atendido à citação ordenada no item II da Decisão nº 6.944/2011;
  - b) na forma do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da LC nº 1/1994, julgar irregulares suas contas, notificando-a, com fulcro no art. 26 da referida lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 119.095,37, atualizado para janeiro de 2014, fl. 118, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem à inatividade do militar nominado no parágrafo 11 da Informação;
  - c) deliberar, ainda, no sentido de aplicar-lhe a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da LC 01/1994, tendo em vista a gravidade das irregularidades ocorridas;
- IV. autorizar, desde já, caso não atendida a notificação a que se refere a alínea “b” do item precedente, a adoção das providências descritas no art. 29 da mesma LC;
- V. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

À superior consideração.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2014.

---